



A formação de professores para uma pedagogia multirracial e popular: uma proposta do Núcleo de Estudos Negros para a superação do racismo na escola brasileira.

Joana Célia dos Passos  
Mestre em Educação  
Pesquisadora em Relações Raciais e Educação no Núcleo de Estudos Negros/NEN  
joanap@terra.com.br

As desigualdades sofridas pela população negra no Brasil, no processo de escolarização, vêm sendo denunciadas há vários anos, quer seja pelo movimento social negro ou por estudiosos da temática racial e mais recentemente por organismos governamentais. Essas denúncias baseiam-se em estudos<sup>1</sup> que analisam os livros didáticos em uso nas escolas brasileira, em dados fornecidos pelo IBGE/Pnad, em observações empíricas do tratamento dispensado às crianças negras, aos conteúdos veiculados nos programas de ensino, à relação professor-aluno, nos números que denunciam o fracasso escolar. Desta maneira, não é mais possível negar que o sistema educacional brasileiro é excludente. Do mesmo modo, esses

---

<sup>1</sup> Hasenbalg, Silva e Lima (1999); Henriques (2001); Cavalleiro, Gonçalves e Silva, Silva, entre outros.

estudos não deixam dúvidas que a desigualdade econômica e a má distribuição de renda têm suas bases no racismo e na discriminação racial.

A pesquisa “*Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições → de vida na década de 90*”, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, constata que em 1999:

- 8% dos jovens negros/as entre 15 e 25 anos são analfabetos, e 3% entre os brancos;
- 5% dos jovens negros entre 7 e 13 anos não frequentam a escola e somente 2% dos jovens brancos da mesma faixa etária não o fazem;
- 84% dos jovens negros/as entre 18 e 23 anos não concluíram o ensino médio e 63% de jovens brancos da mesma faixa etária;
- 75,3% dos adultos negros não concluíram o ensino fundamental e 57,4% dos adultos brancos.
- só completaram o ensino médio, 12,9% dos brancos e 3,3% dos negros;
- no ensino superior 98% dos jovens negros não ingressaram na universidade e 89% dos jovens brancos.

Estudo recente realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC (2003) que tem como base o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, denunciam que o desempenho dos estudantes negros na escola tem sido qualitativamente inferior ao desempenho dos estudantes brancos tanto em escolas públicas como em escolas privadas. Isso indica que o racismo existente em nossa sociedade extrapola as classes sociais.

- Somente 12% dos alunos de 4ª série se auto declararam negros ao contrário dos 44% de brancos;
- Na 8ª série são 8% e na 3ª série do ensino médio são 6%. Foram estes meninos e meninas negras que alcançaram um desempenho médio inferior ao desempenho dos meninos e meninas brancos.
- A média obtida pelos alunos brancos da 4ª série do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa, em 1995 era de 193,4 pontos enquanto que dos alunos negros era de 173,8 pontos. A diferença era de 19,6 pontos na escala que vai de 125 a 425.
- Em 2001, a média entre os brancos foi de 174 e a dos negros de 147,9 uma diferença de 26,1 pontos. Percebe-se se um perverso aumento da desigualdade nos últimos anos.

→ Esses dados denunciam que 74,4% dos estudantes negros apresentam desempenho classificado como crítico ou muito crítico. Entre os alunos brancos esse índice é de 51,7%.

Desta maneira, não é mais possível negar que o sistema educacional brasileiro – da educação infantil ao ensino superior – é excludente e tem desenvolvido arditosamente o racismo institucional, contribuindo com a materialização das desigualdades raciais no Brasil. Do mesmo modo, os estudos não deixam dúvidas que a desigualdade econômica e a má distribuição de renda têm suas bases no racismo e na discriminação racial.

O silenciamento da escola brasileira em relação aos estudantes negros e negras tem sido perverso. A invisibilidade sofrida por essas crianças e jovens tem levado muitos deles ao abandono e ao fracasso na escola. Fracasso este que se estende para outros setores de suas vidas, haja vista, a escolarização ser de fundamental importância para a constituição cidadã do ser humano. A escola brasileira, e por conseguinte, nosso sistema educacional tem desenvolvido arditosamente o racismo o que vai materializar de forma bem acabada as desigualdades no Brasil.

Os currículos, centrados nas culturas e histórias eurocêntricas têm deixado de lado a realidade de 45% da população brasileira. Logo, os/as estudantes/as negros/as não se identificam com esse modelo de educação, pois ele nega sua existência ao ignorar sua participação histórica, econômica e cultural na construção do Brasil.

Essa lógica da escola exclui o menino e a menina negros e pobres que não correspondem às exigências homogeneizantes da escola, os que não se mostram “interessados” nos conteúdos escolares. Estes meninos e meninas serão classificados como “carentes de tudo”, “agressivos”, “desinteressados”, “indisciplinados”, “rebeldes”, “violentos”, “lentos”, “sem referência”, terão seus percursos escolares mais acidentados e, aqueles que persistirem em permanecer na escola certamente freqüentarão uma classe de aceleração ou algo correspondente.

Entretanto, se a escola reflete o modelo social no qual está inserida, isso significa que, nela também estão presentes as práticas das desigualdades sociais, raciais, culturais e econômicas a que determinados grupos sociais ainda estão submetidos na sociedade

brasileira. Do mesmo modo, as possibilidades para a superação das formas mais variadas de preconceito e desigualdades.

Por compreender a escola como um campo de lutas e a pedagogia uma forma de política cultural voltada para um projeto de cidadania, democracia, emancipação e esperança é que o Núcleo de Estudos Negros/NEN vem elaborando a *Pedagogia Multirracial e Popular*. Ela nasce da trajetória de 18 anos do Núcleo de Estudos Negros e das muitas décadas de luta do Movimento Social Negro pela igualdade racial e também dos diversos setores organizados em movimentos populares no Brasil que têm como bandeira a construção da cidadania e a educação popular como diretriz de seus projetos políticos.

É *Multirracial* porque considera as diferentes matrizes étnico-raciais que constituem a nação brasileira; problematiza as relações raciais existentes e aponta possibilidades para a superação da discriminação racial. É *Popular* porque tem as pessoas e suas trajetórias, vidas, sentimentos, alegrias, dores, gostos e desgostos, diversidade, como centro da relação pedagógica. Porque se compromete com a construção de uma escola pública que privilegia a história e as culturas das populações que constituem a sociedade brasileira, seus valores, formas de agir e sentir. Onde a vida cotidiana dos grupos étnicos, raciais e culturais seja a base do conhecimento curricular e das relações pedagógicas – Pedagogia da Vida. E também, porque dialoga com os princípios e metodologias da educação popular.

A construção da Pedagogia Multirracial e Popular é um desafio, pois exige o rompimento com as bases do pensamento pedagógico clássico e, também, com o sistema educacional brasileiro, que historicamente vem se pautando numa pedagogia que respalda e justifica pela ótica da civilização ocidental, a desvalorização e as contribuições das civilizações africana e indígena. Exige um repensar sobre os valores, crenças e culturas consideradas como verdades; exige o tensionamento constante com as práticas pedagógicas escolares que ainda se pautam por uma concepção colonialista, racista, discriminadora e conservadora e, que, banalizam e tornam insignificante as práticas culturais populares.

Nesse processo de elaboração da Pedagogia Multirracial e Popular nossa preocupação não é apenas tratar os conteúdos curriculares na perspectiva do negro brasileiro e sim, analisar e desconstruir os conteúdos das práticas racistas que na maioria das vezes não são percebidas

pelos/as educadores/as, em função de suas trajetórias de vida ou pela lógica da escola que ofusca as diferenças porque tem como princípio a homogeneidade.

A efetivação de uma Pedagogia Multirracial e Popular prescinde da compreensão e reconhecimento por parte da escola e educadoras/es, que vivemos numa realidade multirracial. Isso significa romper com as bases do pensamento pedagógico clássico e, também, com o sistema educacional brasileiro, que historicamente vem se pautando numa pedagogia que respalda e justifica pela ótica da civilização ocidental, a desvalorização e as contribuições das civilizações africana e indígena.

O reconhecimento de que somos todas/os educadoras/es, sujeitos sociais integrais, seres humanos e não somente professores/as e alunos/as nos fazem desvelar os nossos comportamentos e atitudes racistas e preconceituosas que emergem de nossas falas e atitudes. Precisamos ser re-educadas/os em nossos sentimentos, emoções e valores. No entanto, isso somente pode acontecer se as educadoras/es estiverem dispostos ao trabalho que os educadores-formadores propõem, pois ele provoca, desvela, inquieta e responsabiliza. Esse assumir, os/as coloca na condição de co-autoras/es da própria prática formativa.

É preciso construir outros processos de significação produzidos a partir dos princípios da solidariedade, da tolerância, da ética, da estética, da amorosidade, do direito, da igualdade de oportunidades, etc. A cultura popular ao mesmo tempo em que é um contraditório terreno de luta, é também um importante espaço pedagógico onde encontramos elementos que constituem a base da subjetividade e da experiência dos/as estudantes e educadoras/es.

Nesse sentido, entendemos que a escola deve ser um lugar de apropriação, manifestação e produção de culturas, a partir do encontro com os sujeitos reais que vivem experiências diferentes. Isso exige o reconhecimento de que não existe uma cultura única.

### **Que conhecimentos, relações, valores e estratégias têm sido utilizados pelo NEN no processo formativo de educadores?**

Tem sido discurso corrente de educadores e educadoras que os/as alunos/as são diferentes e que é necessário o respeito às diferenças. Projetos de escola inclusiva tem se

disseminado em SC. No entanto, quando solicitamos aos educadores/as que apresentem como efetivam o direito às diferenças no espaço escolar ou, como materializam a escola inclusiva, os exemplos trazidos são de atividades muito pontuais, em geral, relacionadas a conteúdos e tentativas de harmonizar os diferentes numa prática que tem como referência uma visão homogeneizadora das pessoas e de suas realidades. Percebe-se então, que educadoras e educadores vão assumindo um discurso “politicamente correto”, muito mais para corresponder às expectativas das equipes dirigentes e aos projetos pedagógicos em vigor nas redes de ensino do que propriamente como parte de sua compreensão e ação no mundo.

Algumas questões que temos tentado refletir juntamente com os/as educadores: Como tratar pedagogicamente as diferenças e fazer com que elas fortaleçam a humanização do processo ensino-aprendizagem? Ou seja, como fazer com que as crianças, jovens e adultos, negros tenham mais e melhores oportunidades de aprender e ensinar, de produzir e ampliar seus repertórios culturais? Como materializar uma prática formativa e escolar que considere as crianças, jovens e adultos negros e suas culturas e racialidades, numa escola em que a lógica organizacional do cotidiano está marcada pela homogeneização, hierarquia, impessoalidade, universalidade? Como legitimar e reconhecer algo que desconheço como professora?

O processo de significação dos universos culturais das crianças negras exige uma aproximação dos/as educadore/as a esses universos. Nesse caso, professoras/es e estudantes precisam evitar que sejam silenciadas tantas vozes em favor de um único discurso dominante. É necessário dar visibilidade para as manifestações culturais das crianças.

A escola precisa construir estratégias que possibilitem a vivência da multiracialidade em seu cotidiano através de ações que coloquem em evidência as desigualdades a que estão submetidas as crianças e adolescentes negros, quer seja nos conhecimentos a serem desenvolvidos; quer seja em discussões sistemáticas; na forma como organiza os tempos e espaços; na maneira de avaliar as crianças; nos materiais didáticos trabalhados; nas datas que comemora; na relação com as famílias; na relação com os movimentos populares, etc.

A opção que fazemos para a abordagem da proposta pedagógica multirracial e popular é a explicitação de valores e posturas que os/as educadores/as assumem nos diferentes espaços de sua vida cotidiana. Não se pretende apenas resgatar as raízes culturais do povo negro e sim

recuperar a humanização da escola, chamando sua atenção para as diferentes manifestações de violência, discriminação, sexismos e racismos em seu interior.

Mexemos em subjetividades, princípios e crenças naturalizadas e tidas como verdades. Por isso, temos iniciado as atividades formativas pelo reconhecimento identitário do grupo. O objetivo é refletir como nos tornamos o resultado das práticas sociais vivenciadas. O importante neste momento é a/o educador/a perceber que não vai para a escola somente como educador/a, mas como um sujeito social que reúne valores, preconceitos, preocupações, trajetórias, emoções, sentimentos, alegrias, dores, gostos e desgostos.

Como professoras/es fomos nos tornando especialistas em diagnosticar as crenças, valores e hábitos dos alunos: “Os alunos são racistas, preconceituosos”. “Trazem isso de casa”. E nós o que somos? O que está em evidência são as crenças, atitudes e valores dos alunos. Quando é que os/as professor/as falam de seus valores e de suas crenças?

A fala de uma professora contribui com essas questões, *“Espantei-me com a quantidade dessas situações que nos rodeiam e que quase nunca dou atenção. O quanto o racismo está presente no nosso dia a dia, nas nossas atitudes, na nossa maneira de ser, pensar,...”*.

Ela fala do encontro com o outro que nos faz encontrarmos também os nossos valores, as nossas dúvidas, os nossos racismos e preconceitos. Paulo Freire (1997, p. 46), de uma maneira bastante esclarecedora nos diz: *A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu.*

Quando propomos que se auto-declarem racialmente, as respostas mais comuns têm sido: *“Somos todos humanos”* e *“sou da raça humana”*. Quando questionados, por que apresentam essas respostas, justificam afirmando que ... *“é muito difícil dizer quem é branco e quem é negro no Brasil”*, evidenciando o mito da democracia racial. Neste momento, discutimos a construção social do conceito de raça e sua materialização na estratificação da sociedade brasileira. Isso vai contradizer a afirmação que eles/as mesmos/as fazem de que há racismo no Brasil.

A problematização das práticas sociais faz com que identifiquemos como o racismo se manifesta no cotidiano de nossas vidas, até chegarmos aos nossos locais de trabalho – a escola. A leitura da realidade brasileira na perspectiva da classe social tem predominado, apesar de a grande maioria afirmar a existência do racismo na sociedade brasileira. No entanto, na compreensão da maioria deles/as é que as desigualdades sociais é que vão definindo as desigualdades raciais. Vamos percebendo que a leitura predominante de educadores e educadoras é a que coloca nas relações de classe as respostas para as desigualdades. Como se “*opressores e oprimidos, dominados e dominantes*”<sup>2</sup> existissem sem a dimensão de gênero, raça, orientação sexual, etc. Na compreensão de um professor “*é preciso ser coerente com a proposta pedagógica que tem no materialismo histórico dialético sua base conceitual*”. Será daí a dificuldade lidar com o sujeito real ?

Apresentamos ao grupo de professores/as algumas pesquisas<sup>3</sup> que vão abordar as desigualdades raciais em vários aspectos da vida humana: educação, saúde, trabalho, sistema penal e moradia. Nesta atividade, solicitamos que apresentem a situação da população negra no seu município: Quantos são? Onde estão? Como vivem? Onde trabalham? Onde e como estudam? Tentando identificar os espaços sócio-geográficos destinados ou ocupados pelos negros. Neste momento nos concentramos em apresentar indicadores sociais que ajudam a dar visibilidade para a situação real da população negra. No início parecem duvidar dos indicadores apresentados, mas aos poucos vão trazendo de suas memórias e vivências situações muito semelhantes às problematizadas por nós.

Em seguida, discutimos alguns conceitos como: raça, preconceito, discriminação, racismo, diferenças, desigualdades, pluralidade cultural, inclusão, exclusão, identidade, tendo como referências: Gonçalves e Silva (1998) Guimarães (1999), Munanga (1999), McLaren (1999) Cashmore (2000). Percebemos nos discursos que muitas vezes alguns conceitos são utilizados como sinônimos.

No decorrer do curso, os participantes vão sendo estimulados a construir uma pesquisa sobre a sua turma de alunos, ou sobre a escola onde atuam, tentando construir um perfil dos

---

<sup>2</sup> Expressões muito utilizadas pelos professores para justificar as desigualdades.

<sup>3</sup> Essas pesquisas em geral extraídas de jornais e revistas de circulação nacional, de reconhecidas instituições, acadêmicas e do movimento negro.

sujeitos e da escola. Quem são os/as estudantes que freqüentam a escola? O que sei sobre eles/as? Que trajetórias de vida têm? Essas questões vão traduzindo para os/as educadores o/a aluno/a abstrato e genérico em sujeito racial, sexual, corporal, artístico, político, histórico, religioso etc.

O desconhecimento dos educadores e educadoras sobre os/as alunos com os quais trabalham chama nossa atenção e também a atenção deles mesmos, o que nos faz afirmar que eles/as *olham mas não vêem*, as crianças que estão em suas salas de aula. Esquecem que estas trazem para o cotidiano escolar a sua totalidade de ser, síntese daquilo que vão experienciando; apropriam-se e re-significam os conhecimentos a partir de suas vivências e escolhas num processo criativo dinâmico e conflituoso.

Discutimos os descompassos entre as culturas escolares e as culturas das crianças e adolescentes negras e pobres quando tratamos do currículo escolar. Onde, os tempos da escola e os tempos de aprendizagem humana são incompatíveis. Lembrando-os/as que o currículo explicita, escolhas que não são neutras. Nessas escolhas, os livros didáticos e os planos de ensino que são utilizados pelos/as educadores/as em sala de aula contribuem muito para as análises. Não se trata apenas de destacar as raízes culturais de um povo de forte influência na formação da sociedade brasileira. A questão passa pelo reconhecimento de que a escola é um dos espaços onde se perpetua a discriminação racial.

Na seqüência, trabalhamos com casos reais de racismo vivenciados por crianças e ou educadores/as no espaço escolar, onde os/as cursistas encenam, analisam e elaboram sua intervenção pedagógica. Na maioria das vezes, as alternativas propostas vão no sentido de punir o/a agressor/a sem qualquer preocupação com a vítima. As alternativas são aquelas convencionadas no tratamento disciplinar da escola: chamar os pais ou responsável, exigir que o agressor peça desculpas, dar uma aula sobre o tema, ou impedi-lo de acessar algum espaço da escola., etc. O que tem levado as/os educadores/as a assumirem as dificuldades em dar um tratamento pedagógico a esta questão.

Oportunizamos aos/às educadores/as contato com metodologias participativas, advindas da educação popular e materiais diversos (vídeos, literatura infanto-juvenil, músicas, fantoches, bonecas, revistas e jornais especializados, etc...) e propomos a realização de um

planejamento de atividades que possibilite a discussão racial na escola ou sala de aula. Possibilitar a eles/as que vivenciem estratégias pedagógicas que podem ser realizadas no âmbito da sala de aula tem problematizado a prática do planejamento na escola.

Uma professora escreve:

A maneira com as discussões iam sendo colocadas para trabalhar em pequenos grupos e depois pelo grande grupo, fez com que todos precisassem sair do lugar, olhar pros outros, dar sua opinião, contribuir, mostrar sua cara. E a tarefa, sim a tarefa com o filme, a pesquisa com a turma. Pra mim um desafio que não consegui cumprir por completo e aí percebi a importância da pesquisa, do saber científico, de sair do achismo, da observação. Depois, o teatro, as encenações as risadas e reflexão, muita reflexão e também respostas, muitas respostas. Agora é partir para a ação, mudar posturas, refazer conceitos, e desfazer pré-conceitos. (Rita)

O exercício do olhar na busca da visibilidade para as relações raciais na sociedade brasileira e principalmente na escola, tem provocado choros, angústias, incômodos e também satisfação na maioria dos educadores com quem temos trabalhado. Ou seja, é preciso que estranhemos o que nos é familiar. O estranhamento a partir do olhar, da escuta, do pensamento, do sentir... É o que nos dizem as professoras:

Os preconceitos existentes devem ser observados e analisados para não cairmos na rotina e acharmos as situações “normais”, o que é mais perigoso. Quando os fatos tornam-se banais, “caem no costume”, o esquecimento e a acomodação levam a uma infeliz alienação. (Va)

... sempre me julguei uma pessoa sem preconceitos raciais, de sexo, religião, etc., mas agora, percebo que como fruto de uma sociedade preconceituosa também carrego esses preconceitos (Salete)

... pude nessa troca de vivências, nessas falas reportar-me para escola e especificamente na sala de aula e dar-me conta que lá também é um espaço multirracial e que lá também os preconceitos aparecem.(Isildete)

O Núcleo de Estudos Negros/NEN considera que a construção de uma Pedagogia Multirracial e Popular precisa: - ter a luta contra o racismo como um princípio político pedagógico para a democratização da escola e da sociedade brasileira; - reordenar os processos formativos escolares na lógica do direito à cultura, tendo a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular; - explicitar as contradições sociais; - conversar muito acerca das relações raciais e das desigualdades na sociedade brasileira; - valorizar as atitudes, a estética, a corporeidade, a visão de mundo, a oralidade e a ancestralidade das várias matrizes

culturais; - reapropriar-se da história do negro, desde a África até os dias atuais; - afirmar as identidades raciais; - destacar positividade em relação às culturas negras; - resgatar a auto-imagem das crianças e adolescentes negros e negras; - dialogar com os processos pedagógicos que ocorrem nos movimentos populares; - utilizar material didático que apresente a formação social do povo brasileiro (cartazes, livros, revistas, vídeos, Cd room, músicas, etc) - construir espaços formativos coletivos com professores e professoras, equipe diretiva e comunidade; - superar a organização escolar seriada, os currículos gradeados e os processos de avaliação excludentes; - construir uma gestão participativa e democrática; estabelecer um diálogo multidisciplinar com as diferentes áreas do conhecimento; ter as expressões artísticas como componente indispensável na materialização da proposta pedagógica multirracial e popular<sup>4</sup>.

Para isso a escola precisa tornar-se um lugar de produção de conhecimentos sobre e com as crianças negras. Compreendendo que não existe uma forma única de ser criança e nem negro/a. O que significa dizer que há uma multiplicidade de elementos culturais e sociais que vão interferir no modo de ser das crianças negras. Esse modo de ser e de se relacionar com o mundo não é homogêneo.

O desafio está lançado, a conjuntura parece favorável. A pedagogia multirracial e popular pode ser uma possibilidade entre tantas de se construir uma escola mais humana.

#### Referências Bibliográficas

CAVALLEIRO, Eliane. (1998). *Do silêncio do lar ao silêncio da escola*. São Paulo: Contexto.

CASHMORE, Ellis (et. Al). (2000). *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Summus.

FREIRE, Paulo. (1997). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha B. (1995). “Quebrando o silêncio: resistência de professores negros ao racismo”. In: SERBINO, Raquel V. (Org.). *A escola e seus alunos: o problema da diversidade cultural*. São Paulo: Ed Unesp.

HASENBALG, Carlos, SILVA, Nelson V. LIMA, Márcia R. S. (1999). *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contracapa.

---

<sup>4</sup> Esses aspectos apenas citados ainda estão sendo elaborados e discutidos pelo Programa de Educação do NEN.

HENRIQUES, Ricardo. (2002). *Raça e gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas na educação*. Brasília: UNESCO

IBGE. (2000). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (2001). *Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Brasília: IPEA. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 12 mar. 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. (2003). Brasília: MEC. Disponível em <http://www.inep.mec.gov.br>.

MUNANGA, Kabengele. (Org.). (1999). *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC.

PASSOS, Joana Célia dos. (2002) “Discutindo as relações raciais na estrutura escolar e construindo uma pedagogia multirracial e popular”. In: Núcleo de Estudos Negros. *Multiculturalismo e a pedagogia multirracial e popular*. Florianópolis: Atilênde. (Série Pensamento Negro e Educação).

SILVA, Ana Célia. (2001). *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvados: UFBA.